

## O escândalo do dossiê: flagrante de R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo

Lula conseguiu o que parecia impossível. Sobreviveu ao escândalo do mensalão. Mais que isso: não perdeu a popularidade e se tornou o favorito à própria sucessão. Provavelmente teria sido reeleito já no primeiro turno das eleições de 2006, não fosse um outro escândalo.

No País da corrupção e da impunidade, tamanha desfaçatez, duas semanas antes do pleito, talvez se explique pela crença de que após se livrar do episódio do mensalão nada mais poderia pegá-lo. Lula e o PT sentiram-se livres para delinquir novamente.

O novo esquema de corrupção serviu para levar as eleições ao segundo turno e confirmar os métodos daqueles que durante 20 anos, até a conquista do poder, definiram a si próprios como paladinos da ética na política.

A história começou em 15 de setembro de 2006, quando dois homens foram presos pela Polícia Federal no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, com o equivalente a R\$ 1,7 milhão em dinheiro vivo. Um deles, o empresário Valdebran Carlos Padilha da Silva, ligado ao PT de Mato Grosso, foi apontado como lobista, receptor e próximo ao deputado Carlos Abicalil (PT-MT). Foi tesoureiro da campanha de Alexandre César (PT) a prefeito de Cuiabá.

Valdebran Padilha mantinha ligações com Carlos Bezerra, que foi presidente do PMDB de Mato Grosso e presidente do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), no governo Lula. Além disso, tinha sido citado no escândalo do mensalão. Com Valdebran Padilha foram apreendidos R\$ 758 mil em reais e outros US\$ 109,8 mil em moeda norte-americana.

O outro homem preso no hotel em São Paulo, o advogado e ex-agente da Polícia Federal Gedimar Pereira Passos, também era ligado ao PT. Com ele acharam R\$ 410 mil e outros US\$ 139 mil em dólares. Gedimar Passos fazia parte da equipe da campanha de Lula à reeleição. Trabalhava no núcleo de inteligência do comitê eleitoral, encarregado de “tratamento de informações”.

As escutas telefônicas que levaram às prisões registraram diálogos sobre uma negociação envolvendo a venda de materiais e documentos, com a finalidade de associar os candidatos do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin (SP), e ao Governo de São Paulo, José Serra, a operações de superfaturamento para a aquisição de ambulâncias por prefeituras, um esquema criminoso que ficou conhecido como a máfia dos sanguessugas.

As escutas telefônicas implicariam ainda o empresário Luiz Antônio Trevisan Vedoin, acusado de chefiar o esquema de venda das ambulâncias, e a revista Isto É, por ter publicado entrevista de Luiz Antônio Trevisan Vedoin com acusações a integrantes do PSDB. Luiz Antônio Vedoin foi preso. Por tratar da compra e venda de materiais e documentos, o caso ficou conhecido como o escândalo do dossiê.

Em depoimento à Polícia Federal, Gedimar Passos confessou ter sido contratado pela direção executiva nacional do PT para acertar com a família Vedoin, dona da empresa Pla-

nam Comércio e Representação, a compra de um dossiê contra políticos tucanos. A transação com os Vedoin traria em seu bojo, ainda, a entrega de uma papelada de 2 mil páginas com diversas denúncias, inclusive contra o próprio PT. Com a operação, o calhamaço seria tirado de circulação e não poderia mais ser usado contra o partido de Lula.

No depoimento, Gedimar Passos mencionou acordo entre o PT e um “órgão de imprensa” para a divulgação dos documentos de interesse da campanha do presidente Lula. Informou que R\$ 1 milhão já teria sido entregue antecipadamente a um representante dos Vedoin.

Gedimar Passos implicou no escândalo um assessor especial da Presidência da República. Tratava-se de Freud Godoy, amigo de Lula havia 20 anos. Ele teria participado da trama ao providenciar o dinheiro para comprar o dossiê, entregando-o a ele próprio, Gedimar Passos, por intermédio de dois emissários do PT. Dias depois, Gedimar Passos voltaria atrás: retirou a informação e eximiu Freud Godoy de qualquer responsabilidade. Dessa forma, blindou Lula e ajudou a livrá-lo do escândalo.

Freud Godoy foi segurança pessoal de Lula desde o final da década de 80. Frequentava o apartamento do presidente em São Bernardo do Campo (SP). Para se ter ideia da ligação dos dois, quando Lula assumiu a Presidência da República, em janeiro de 2003, levou Freud Godoy para morar com o casal presidencial na residência oficial do Palácio da Alvorada. O segurança também era figura certa em viagens no avião presidencial, o Aerolula.

Imediatamente, Freud Godoy pediu exoneração do cargo de assessor especial e abandonou a sala que ocupava no terceiro andar do Palácio do Planalto, a poucos metros do gabinete de Lula. À Polícia Federal, Freud Godoy admitiu conhecer Gedimar Passos e o relacionou à contratação da empresa Caso Sistemas de Segurança, de propriedade de sua mulher, jornalista Simone Godoy, pelo comitê do PT em Brasília.

Freud Godoy introduziu mais um personagem importante da história: Jorge Lorenzetti, outro amigo pessoal de Lula, encarregado de preparar churrascos para o presidente. Mais do que churrasqueiro oficial de Lula, Jorge Lorenzetti, chefe de Gedimar Passos, era tido como “o homem da inteligência”, escolhido por Lula para, entre outras coisas, cuidar de campanhas eleitorais em Santa Catarina. Nesse Estado foi fundador do PT e da CUT (Central Única dos Trabalhadores, ligada ao partido) e o primeiro candidato petista a prefeito de Florianópolis, em 1985.

Na campanha de reeleição de Lula, em 2006, Jorge Lorenzetti foi nomeado para a sinistra posição de “analista de mídia e risco”. Com tal objetivo licenciou-se do cargo de diretor administrativo do Besc (Banco do Estado de Santa Catarina), um banco federal, para o qual fora nomeado por influência de Lula. Jorge Lorenzetti mantinha ligações com José Dirceu (PT-SP), cassado por corrupção em 2005, e era conhecido arrecadador de fundos internacionais.

De acordo com Freud Godoy, Jorge Lorenzetti o apresentou a Gedimar Passos, a quem não conhecia, o que teria ocorrido em agosto de 2006, apenas um mês antes de o escândalo explodir. Foi no Diretório Nacional do PT, em Brasília. Gedimar Passos era o responsável pela segurança e a logística do comitê político de Lula.

Durante aquele mês, Freud Godoy admitiu ter se reunido em outros quatro momentos com Gedimar Passos, mas apenas a fim de discutir o processo de varredura nos telefones do

comitê, trabalho para o qual a empresa em nome de sua mulher, Simone Godoy, fora contratada.

Freud Godoy também teria ligações com Sérgio Gomes da Silva, o “Sombra”, outro segurança famoso que se tornou empresário, acusado de envolvimento na morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel (PT).

Antes da eleição de Lula em 2002, Freud Godoy era chefe de segurança da Prodam, a empresa de processamento de dados da Prefeitura de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy (PT). A Caso Sistemas de Segurança, em nome de Simone Godoy, também trabalhou na área de segurança da campanha de Marta Suplicy à reeleição, em 2004.

O escândalo do dossiê repercutiu em todo o País. No depoimento que prestou à Polícia Federal, Gedimar Passos mencionou a revista *Época*: teria sido procurada por integrantes do PT, cuja missão seria a de garantir a publicação da notícia do dossiê contra o PSDB na grande imprensa. A investida não prosperou.

A revista, no entanto, emitiu nota para informar que Oswaldo Bargas, o “Valdo”, responsável pelo setor de “trabalho e emprego” na campanha da reeleição de Lula, pediu uma reunião com jornalistas para apresentar denúncia contra políticos tucanos. Oswaldo Bargas também era amigo pessoal de Lula.

Na reunião, no hotel Crowne Plaza, em São Paulo, Oswaldo Bargas apareceu acompanhado de Jorge Lorenzetti, o amigo e churrasqueiro de Lula. Em relação a Jorge Lorenzetti, aliás, vieram à tona informações segundo as quais a Unitrabalho, uma fundação vinculada a universidades e a instituições de ensino superior, recebeu, por meio de convênios, R\$ 18,5 milhões durante o governo Lula, a maior parte por intermédio do Ministério do Trabalho. Jorge Lorenzetti foi apontado como colaborador da Unitrabalho. Com o nome nos jornais, ele se afastou da campanha de Lula.

Antes de afastar-se, porém, Oswaldo Bargas envolveu outro peixe graúdo na história: o presidente do PT e coordenador-geral da campanha de Lula, o ex-ministro do Trabalho e deputado Ricardo Berzoini (PT-SP). Detalhe: a mulher de Oswaldo Bargas, Mônica Cristina Zerbinato, ocupava o cargo de secretária particular de Lula. Como se vê, tudo em família.

Segundo Oswaldo Bargas, que trabalhou com Ricardo Berzoini no Ministério do Trabalho, Ricardo Berzoini sabia que ele, Oswaldo Bargas, acompanhado de Jorge Lorenzetti, procuraram a revista *Época* para negociar a publicação de reportagem contra o PSDB.

Lula foi rápido no gatilho e afastou Ricardo Berzoini da coordenação da campanha. Em seguida, Ricardo Berzoini também perdeu o cargo de presidente do PT. Recuperaria-o depois da reeleição de Lula, com o apoio do presidente. Oswaldo Bargas também foi defenestrado. Um a um, caíram os homens do presidente naquele momento.

O caso do dossiê não parou de trazer revelações. Freud Godoy manteve relações com um dos próceres do escândalo do mensalão, o empresário Marcos Valério. A Caso Comércio e Serviços, uma segunda empresa ligada ao segurança-empresário, recebeu R\$ 98,5 mil da SMPB Comunicações, uma das agências de publicidade de Marcos Valério.

Até a Duda Mendonça e Associados, igualmente famosa durante o escândalo do mensalão, pertencente a Duda Mendonça, o publicitário marqueteiro de Lula durante a campanha de 2002, pagou R\$ 22,8 mil à Caso Sistemas de Segurança, de Simone Godoy. E mais: a Caso

Sistemas de Segurança teria servido para o investidor Naji Nahas fazer um depósito de R\$ 396 mil em favor de Freud Godoy, cerca de um mês antes da eclosão do escândalo do dossiê. Naji Nahas negou.

A sede da empresa de segurança em nome de Simone Godoy ficava em Santo André, onde o casal morava em apartamento luxuoso. Freud Godoy também era dono de um sobrado na cidade e de outro apartamento, este a poucas quadras do apartamento de Lula, na vizinha São Bernardo do Campo. O Ministério Público Federal abriu investigação para apurar um suposto saque de R\$ 150 mil feito por Freud Godoy, em março de 2006.

Mais um nome no escândalo do dossiê: Expedito Afonso Veloso, filiado ao PT e diretor do Banco do Brasil em Brasília, onde exercia a função de responsável por “gestão de risco”. Estava em licença remunerada, para participar da campanha de Lula. Quem mencionou o nome dele foi Valdebran Padilha. Expedito Veloso teria participado da preparação do dossiê e da estratégia para divulgá-lo, em negociação ocorrida em Cuiabá, com o empresário Luiz Antônio Vedoin.

Expedito Veloso acompanhou a entrevista de Vedoin a Isto É, ao lado de Osvaldo Bargas. Também esteve no hotel Ibis Congonhas, em São Paulo, onde o escândalo começou, com a apreensão do R\$ 1,7 milhão. Descoberto, pediu demissão do Banco do Brasil e abandonou a campanha. Apesar de afastado do banco, Veloso continuava a receber salário de R\$ 17 mil por mês.

Outro envolvido foi Hamilton Lacerda, coordenador da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a governador de São Paulo em 2006. Foi três vezes vereador pelo PT de São Caetano do Sul (SP). Até ser envolvido no escândalo, Hamilton Lacerda também exercia o cargo de assessor parlamentar de Aloizio Mercadante. Entre as explicações da revista Isto É para o caso, estava a de que Hamilton Lacerda atuou como intermediário da entrevista em que os Vedoin fizeram acusações contra José Serra.

O coordenador de Aloizio Mercadante reuniu-se com jornalista da revista e marcou o encontro entre a reportagem e Luiz Antonio Vedoin, em Cuiabá. Descobriu-se durante as investigações que as viagens e passagens aéreas dos assessores do PT à capital de Mato Grosso, para negociar o dossiê, teriam sido pagas com dinheiro do caixa da campanha de Lula.

Apanhado, Hamilton Lacerda foi forçado a deixar a campanha de Aloizio Mercadante. O senador, por sua vez, admitiu ter se encontrado com Osvaldo Bargas e Expedito Veloso, dez dias antes da apreensão do R\$ 1,7 milhão. Mas garantiu não ter tomado conhecimento da operação para prejudicar José Serra, seu adversário direto na disputa pelo Governo de São Paulo.

Para a Polícia Federal, Hamilton Lacerda levou o dinheiro apreendido ao hotel Ibis Congonhas. Ele foi filmado por câmeras de segurança no saguão do hotel, um dia antes das prisões. Portava uma mala. As imagens não deixaram dúvidas: o homem com cabelos grisalhos, um pouco tenso, entrou no *lobby* do hotel por volta das 8 horas da manhã. Nas mãos de Hamilton Lacerda, a mala preta de viagem, com a alça em volta do ombro esquerdo, para ninguém roubar a preciosa carga. Ele estava acompanhado de Gedimar Passos. Os dois pegaram o elevador. As câmeras também o filmaram andando pelo corredor onde ficava o

quarto em que Gedimar Passos estava hospedado. Hamilton Lacerda entrou no quarto. Saiu em seguida. Sem a mala.

Mais tarde, Gedimar Passos foi filmado com a mesma mala, caminhando em direção ao restaurante do hotel. Foi fazer uma refeição, mas preferiu não deixar a preciosa carga no quarto. Na madrugada do dia 15, horas antes das prisões, Hamilton Lacerda voltou ao Ibis Congonhas. Desta vez, portava uma mala e uma sacola plástica. Foi embora pouco depois. Sem a sacola. Para a Polícia Federal, ele fora levar uma segunda remessa de dinheiro ao hotel. O R\$ 1,7 milhão não teria cabido em uma só mala.

Trecho do depoimento de Hamilton Lacerda à Polícia Federal: “O declarante informa que, provavelmente na última semana de agosto, foi contatado por Jorge Lorenzetti e Expedito Veloso, afirmando que existiam documentos em Cuiabá relacionados à ‘máfia dos sanguessugas’ e que poderiam ser utilizados na campanha em desfavor dos candidatos do PSDB, caso fossem verdadeiros; que o material existente teria um reflexo negativo na campanha nacional e estaduais onde concorresse o PSDB”.

Ou seja, a campanha de Lula seria diretamente beneficiada pela operação. Quando as fotografias da montanha de dinheiro apreendida no Ibis Congonhas apareceram nos jornais, o PT tentou impedir a divulgação das imagens nos programas eleitorais. Não conseguiu. A reeleição de Lula teve de ficar para o segundo turno.

Em entrevista ao jornal O Globo, Lula foi questionado se perguntou aos envolvidos no escândalo, quase todos ligados historicamente a ele e ao PT, sobre quem teve a ideia de comprar o dossiê e qual era a origem do dinheiro. Resposta do presidente:

- Não perguntei nem perguntarei.

Tradução: Lula não sabia de nada, como sempre, nem se interessava em saber. Mais uma vez, porém, era beneficiário de um esquema de corrupção.

As investigações sobre o escândalo do dossiê continuaram no segundo mandato de Lula. Avançaram pouco, porém, resvalando sempre no falso dilema e na desculpa de que não havia sido descoberta a origem do R\$ 1,7 milhão. O importante deveria ter sido o fato de que havia o dinheiro, devidamente apreendido, e que uma quadrilha fora desbaratada num ato criminoso. E que várias pessoas envolvidas acabaram desligadas de seus cargos, inclusive da campanha eleitoral do presidente da República.

A CPI dos Sanguessugas, responsável pela investigação do caso do dossiê em âmbito do Congresso Nacional, encerrou os trabalhos sem apontar nada consistente. Não responsabilizou ninguém. A Polícia Federal, encarregada da apuração do crime, chegou a acusar Jorge Lorenzetti, Osvaldo Bargas, Expedito Veloso e Gedimar Passos, todos homens da campanha de Lula, como os autores da operação.

Dos quatro, no entanto, acabou indiciando apenas Gedimar Passos, preso com o dinheiro no hotel Ibis Congonhas. Foi acusado de lavagem de dinheiro. Resumo da ópera: Lula foi blindado, mais uma vez.

Ao tirar o foco do Palácio do Planalto, a Polícia Federal tratou de culpar o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Além de Gedimar Passos, indiciou Valdebran Padilha, que fora preso com ele segurando a bolada, Hamilton Lacerda, o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante, José Giacomio Baccarin, tesoureiro de Aloizio Mercadante e suspeito

de ser o dono do caixa 2, além do próprio candidato petista a governador, que seria beneficiado com a divulgação do dossiê.

Interessante notar que o relatório da Polícia Federal afirmava que Hamilton Lacerda, indiciado por lavagem de dinheiro, só fora chamado posteriormente a participar da ação, pelos quatro homens da campanha de Lula, sendo que três deles, como vimos, foram inocentados no final.

Ao justificar a acusação a Hamilton Lacerda, a Polícia Federal registrou que o coordenador da campanha de Aloizio Mercadante era “pessoa da confiança do senador, não se imaginando que fosse tomar uma atitude daquela responsabilidade e risco sem sua anuência”.

Outro trecho do relatório da Polícia Federal: “A alegação do candidato Aloizio Mercadante de que não teria autorizado ataques ao seu rival político José Serra e que, por consequência, nada sabia do dossiê, nos aparenta, no mínimo, inverossímil”.

Mas ficou nisso. O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, pediu o arquivamento da denúncia contra Aloizio Mercadante. O STF (Supremo Tribunal Federal) acatou. E seis meses após as eleições foi a vez do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) arquivar investigação judicial para apurar abuso do poder econômico e político por parte de Lula no escândalo do dossiê. O País da corrupção e da impunidade seguiu o mesmo.